





Concepções de deficiência em universitários: revisão sistemática da literatura

CONCEPTIONS OF DISABILITY IN UNIVERSITY STUDENTS: SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

Ana Paula Gasparotto Paleari ¹ , Ana Luiza Quevedo ² , Lucia Pereira Leite ³ , Caroline Garpelli Barbosa ⁴ 

As concepções acerca da deficiência são diversificadas, assim como a diversidade cultural, social e econômica. Nota-se na comunidade universitária um ambiente propício para desenvolver pensamento crítico, análise e reflexão, o que oportuniza a formação de profissionais que são desafiados a examinar diversas perspectivas, incluindo aquelas relacionadas à deficiência. O objetivo deste trabalho foi compilar e discutir os resultados de estudos já realizados com a população universitária no que diz respeito às concepções de deficiência por meio de uma revisão sistemática da literatura dos últimos onze anos, a partir dos Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análise (PRISMA), nas bases de dados do Periódico CAPES e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). Nos sete artigos encontrados, verificou-se a prevalência da concepção social da deficiência, seguida da biológica; muito aquém, a metafísica. Características como universidades públicas, maior idade e cursos da área de Humanidades, trazem amostras que tendencialmente concebem a deficiência do ponto de vista social. Alguns constructos (“idade”, “sexo”, “cursos” e “tempo de ingresso no curso”) não foram contemplados por todos os estudos, sendo assim, foram pouco discutidos e correlações importantes deixaram de ser realizadas. As discussões cotidianas somente podem ser superadas a partir do olhar crítico à estrutura social vigente, fundamentada nas fragilidades observadas. Nesse contexto, é crucial compreender a maneira como se enxerga a deficiência, em especial no contexto universitário, uma vez que a universidade é produtora de discursos a partir dos quais se definem problemas e pode-se construir outros caminhos de reflexões.

Palavras-chave: Deficiência. Concepção. Universitários. Estudantes. Ensino superior.

(Abstract) Conceptions about disability are diverse, as is cultural, social, and economic diversity. The university community has an environment conducive to developing critical thinking, analysis and reflection, which provides the opportunity for the training of professionals who are challenged to examine different perspectives, including those related to disability. The purpose of this work was to compile and discuss the results of studies already carried out with the university population with regard to conceptions of disability through a systematic review of the literature of the last eleven years, based on the Main Items for Reporting Systematic Reviews and Meta-analysis (PRISMA), in the CAPES Journal and VHL (Virtual Health Library) databases. In the seven articles found, the prevalence of the social conception of disability was verified, followed by the biological one; far below, metaphysics. Characteristics such as public universities, older age and courses in the Humanities are, bring samples that tend to view disability from a social point of view. Some constructs (“age”, “sex”, “courses”, and “course entry time”) were not covered by all studies, therefore, they were little discussed and important correlations were no longer made. Daily discussions can only be overcome through a critical look at the current social structure, based on the observed weaknesses. In this context, it is crucial to understand how disability is viewed, especially in the university context, since the university is a producer of discourses from which problems are defined and other paths of reflection can be constructed.

Keywords: Deficiency. Conception. College students. Students. University education.

^{1,3} Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (Unesp), Brasil.

² Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) – Jaú/SP, Brasil

⁴ Universidade Federal Fluminense – Niterói/RJ, Brasil

Autor correspondente:

Ana Paula Gasparotto Paleari

Endereço para correspondência:

Rua Manoel Pires de Campos, 413 Jardim Antonina – Jaú/SP
CEP: 17211-230

E-mail:

paula.paleari@unesp.br

Declaração de Interesses:

As autoras certificam que não têm nenhum interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em conexão com o manuscrito.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, configurado na Lei 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Art. 2º, uma pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015).

Essa normativa assegura que qualquer pessoa com deficiência tem a obrigatoriedade em ter seus direitos reconhecidos, direito ao trabalho de sua livre escolha, em um ambiente inclusivo e acessível, como qualquer outra pessoa pertencente à nação (Brasil, 2015).

A diversidade é inerente à espécie humana e a presença de diferentes tipos de pessoas, habilidades e características é algo natural da humanidade. Sendo assim, a deficiência não é um fenômeno isolado ou externo, mas sim, uma parte integrante da diversidade que compõe a condição humana (Leite; Oliveira; Serrano, 2018).

Contudo, dependendo do ambiente em que o sujeito está inserido, nota-se uma discrepância sobre concepções relacionadas ao assunto deficiência enquanto uma condição humana. Certas visões, ideias ou conceitos podem facilitar a classificação negativa, ou seja, a depreciação e o rótulo associados a uma pessoa. Dessa forma, existe a necessidade de vincular o contexto e a época em questão, para se analisar e definir o conceito de deficiência (Leite; Lacerda, 2018).

Considerando os três tipos de concepções sobre deficiência que merecem ser abordadas: concepção metafísica (religiosa), concepção biológica e concepção social, é válido mencionar sucintamente alguns marcos históricos acerca da deficiência para que se alcance tais concepções.

Por volta do séc. IV, as crianças nascidas com deficiência eram abandonadas ou mortas e com o advento do Cristianismo, ainda que a pessoa com deficiência continuasse extremamente escondida e inferiorizada, passou a ser digna de tratamento caritativo. (Fonseca, 2012; Paraná, 2016)

A partir desse contexto, o modelo metafísico pode ser interpretado, este que traz uma compreensão acerca da deficiência que transcende a responsabilidade humana e é embasada pelos preceitos religiosos para a qual a deficiência é vista como uma espécie de castigo, e em alguns casos, uma benção (Leite; Cardoso; Oliveira, 2021; Zabatiero, 2019).

No séc. XVII, houve o surgimento de métodos de aprendizagem para pessoas com deficiência; a partir da revolução industrial e advento do capitalismo, esse público passou a ser considerado produtivo. Após as I e II Guerras Mundiais, surgiram outras terminologias, como “deficientes”, “excepcionais” e instituições específicas para atender esse grupo surgiram aproximadamente em 1950, sendo que em 1960 os primeiros Jogos Paraolímpicos se iniciaram (Paraná, 2016).

Neste período, predominou a concepção biológica, embasada pelo modelo médico, em que a deficiência é caracterizada como patologia, à medida que é comparada com algo

denominado como “normal” (Fonseca, 2012; Sassaki, 2002; Leite; Cardoso; Oliviera, 2021). Essa abordagem coloca a responsabilidade nas características individuais (Diniz; Barbosa; Santos, 2009). Dessa forma, acaba negligenciando os fatores sociais, ambientais e culturais, fatores esses que influenciam na experiência desse público (Beche; Lunardi-Mendes, 2021). Diante disso, o objetivo primordial da concepção biológica é “consertar”, “corrigir”, “superar” a deficiência, sempre pensando em sua funcionalidade. Esse corpo, que é caracterizado como fora do padrão, deve ser curado ou medicalizado, já que sua causa é estritamente orgânica, desconsiderando o contexto social como causador e agravante dessa condição (Mello; Nuernberg; Block, 2014).

Em 1981, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”, garantindo às pessoas com deficiência o direito fundamental de se envolverem completamente na vida e no progresso da sociedade (Sassaki, 2002). Em 1990 surge o termo “pessoas portadoras de deficiência” ou “portadores de deficiência” (Paraná, 2016). Sempre baseado em críticas uma nova conquista emerge e então essas terminologias foram aperfeiçoadas até chegarmos à terminologia atual, desde 1994, com a Declaração de Salamanca, já que “pessoa com deficiência” carrega a ideia de liberdade e autonomia mediante às diferenças (Sassaki, 2002).

Além dessas evoluções, ainda contamos com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), esta que promove, protege e assegura os direitos do exercício pleno e equitativo das pessoas com deficiência (Brasil, 2009).

Estes eventos das últimas décadas foram decorrentes da concepção social de deficiência, inicialmente idealizada por pessoas com deficiência que contrapondo o modelo anterior propuseram uma visão mais ampla acerca desse fenômeno. A compreensão social vai além de considerar apenas as características individuais do sujeito, incorporando o contexto em que está inserido e as interações sociais que experimenta. Ou seja, essa abordagem reconhece a deficiência como um fenômeno que é influenciado pelo ambiente social em que a pessoa vive. Resumindo, essa concepção amplia o entendimento da deficiência ao considerar o papel das barreiras sociais que são impostas pela sociedade. Isso implica dizer que as limitações que as pessoas com deficiência enfrentam também são causadas pelas atitudes, estruturas e normas sociais que podem excluir ou dificultar sua participação plena na sociedade (Diniz; Barbosa; Santos, 2009).

Atualmente, notamos um progresso na conquista por reconhecer a pessoa com deficiência com menos discriminação. Essa temática tem sido objeto de estudo de pesquisas (Costa; Pieczkowski, 2020; Gomes *et al.*, 2021), apesar de ainda haver precariedade de discussões sobre o tema na comunidade científica.

Torres, Cruz e Cabral (2021) afirmam que a forma sobre como a deficiência é concebida e caracterizada influencia de maneira direta sobre as atitudes do ser humano (Torres; Cruz; Cabral, 2021). Considerando o território nacional amplo, composto de diversas culturas do tipo econômica, cultural e educacional, pessoas de diferentes regionalidades possuem diferentes tipos de atitudes, de forma positiva ou negativa, a depender do contexto e momento histórico em que está inserida (Torres; Cruz; Cabral, 2021; Omote, 2018), sendo assim, as denominações ligadas à deficiência, são caracterizadas pelos valores predominantes na sociedade de cada época. Essas nomenclaturas carregam

consigo significados que podem ser repletos de respeito ou discriminação. Dessa forma, mais do que meras adaptações linguísticas, essas terminologias refletem concepções específicas sobre as pessoas com deficiência (Sasaki, 2002).

O ensino superior é um espaço onde os estudantes têm a oportunidade de aprimorar habilidades que envolvam o pensamento crítico, por meio de processos analíticos e reflexivos. Nesse espaço, os estudantes são desafiados, ou deveriam ser, a examinar os diversos grupos sociais incluindo os constituídos pelas pessoas com deficiência. Identificar como esses futuros profissionais se posicionam em relação a diferentes pontos de vista sobre a deficiência é um objetivo importante, pois isso influenciará suas atitudes e práticas futuras como profissionais, num momento que estão em constante desenvolvimento de saberes e opiniões (Leite; Cabral; Lacerda, 2023).

Dessa forma, este trabalho objetiva compilar e discutir os resultados de estudos já efetuados na população universitária em relação às concepções de deficiência.

Nota-se na comunidade universitária um ambiente propício para a formação de profissionais que estejam preparados para viabilizar a integração de pessoas com seus diferentes modos de ser de qualquer modo de ser da pessoa, com suas necessidades particulares, portanto, um público de importância significativa na continuidade da evolução das questões que permeiam as pessoas com deficiência.

MÉTODO

O estudo em questão consiste em uma revisão sistemática de literatura, utilizando como base os Princípios Essenciais para a Comunicação de Revisões Sistemáticas e Meta-análises (PRISMA). Para tanto, seguiu-se as orientações descritas no trabalho de Galvão, Pansani e Harrad (2015).

Procedimentos de busca de artigos

Portal de periódicos e BVS = Plataformas

A busca dos artigos foi efetuada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), no mês de julho de 2023. As combinações de palavras-chave utilizadas das duas bases indicadas, foram as descritas na sequência, com operadores booleanos e/and:

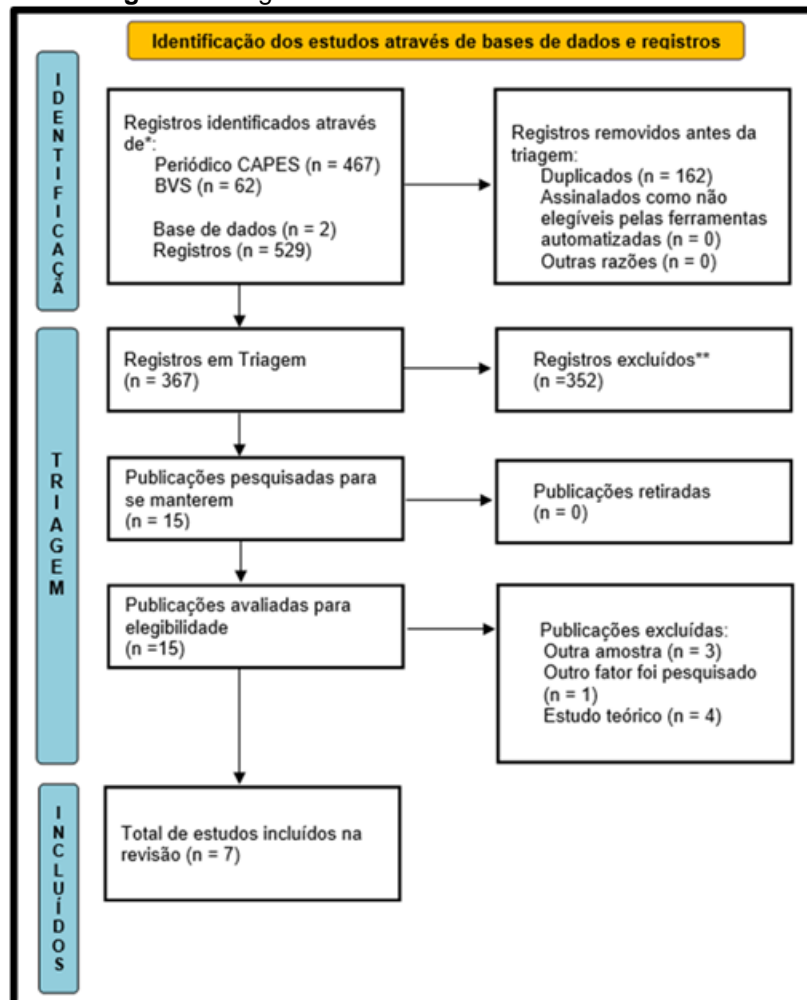
- “Deficiência” e/and “Universitários” e/and “Concepção”
- “Deficiência” e/and “Graduandos” e/and “Concepção”
- “Deficiência” e/and “Estudantes” e/and “Concepção”
- “Deficiência” e/and “Ensino Superior” e/and “Concepção”
- “Deficiência” e/and “Universitários” e/and “Conceito”
- “Deficiência” e/and “Graduandos” e/and “Conceito”

- “Deficiência” e/and “Estudantes” e/and “Conceito”
- “Deficiência” e/and “Ensino Superior” e/and “Conceito”
- “Deficiência” e/and “Universitários” e/and “Concepções”

Os critérios de inclusão adotados foram os seguintes: a) artigos publicados no intervalo temporal entre 2013 e 2023; b) amostra composta exclusivamente por universitários; c) artigos que avaliaram concepções de deficiência em universitários; d) texto completo disponível em português. Os critérios de exclusão estabelecidos foram: a) duplicidade; b) artigos que não estivessem em português; c) artigos de outros temas; d) teóricos; e) estar fora do período analisado; f) amostras que não fossem universitários, g) acesso indisponível, e h) artigos que não tenham avaliado concepções de deficiência na população universitária.

Procedimento de seleção dos artigos

A revisão do material recolhido foi realizada em três etapas minuciosas. Inicialmente, após a inserção das palavras-chave em combinações de três a três, foram analisados primeiramente os títulos dos artigos. Caso o título pertencesse ao tema proposto nesse trabalho, os resumos foram lidos e, adicionalmente, feita uma leitura criteriosa do texto completo. Foram realizadas várias combinações entre os termos descritores na tentativa de localizar o maior número de artigos nessas bases de dados, acerca do tema proposto. A Figura 1 ilustra o procedimento metodológico utilizado, destacando o número de artigos inicialmente encontrados e quantos foram contemplados nesse estudo.

Figura 1. Diagrama das fases da revisão sistemática


*Números de registros identificados de cada base de dados

** Todos os registros foram avaliados separadamente por duas autoras

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A Figura 1 procura demonstrar o movimento da varredura bibliográfica, pois inicialmente, foram encontrados no total 529 artigos e após passarem pelos critérios de inclusão, 352 foram excluídos da amostra. Sendo que, na primeira base de dados pesquisada (Periódicos Capes) foram encontrados 467 artigos, desses, após a leitura dos títulos, 130 eram duplicados e 321 eram de outro tema, ficando com 14 artigos selecionados. Somado a isso, foram encontrados 62 artigos na base de dados BVS. Dos quais, 32 estavam duplicados, 28 se referiam a outro tema e um era referente a outra amostra, restando somente um estudo selecionado.

Após essa seleção, chegou-se a 15 artigos, em que seus resumos foram lidos. Observou-se que quatro eram referentes a estudos teóricos; três contemplavam outra amostra que não universitários, e um teve outro constructo avaliado (concepções de inclusão), sendo então excluídos da análise. Por fim, chegou-se a uma mostra de sete pesquisas elegidas

para análise, que cumpriram os critérios de inclusão, as quais estavam na base de dados CAPES.

Procedimento de análise dos artigos

Diversas variáveis foram analisadas, tais como: ano de publicação, idioma, revista, país de origem, tipo de estudo, objetivo (além de verificar as concepções de deficiência), tamanho e composição da amostra, tipo de instituição (privada ou pública), instrumentos utilizados para avaliar as concepções de deficiência e principais resultados.

Para a descrição e classificação dos dados referentes ao tamanho da amostra e às áreas gerais do conhecimento correspondentes aos cursos, utilizaram-se como fontes de referência os estudos de Prieto e Muñiz (2020). Eles categorizaram as amostras com base no número de participantes, sendo consideradas pequenas (até 150 participantes), suficientes (de 150 a 300), moderadas (300 a 600), grande de (600 a 1000) ou muito grandes (número de participantes superior a 1000).

Todos os artigos foram analisados e as informações relacionadas às variáveis de interesse para a presente pesquisa foram descritas e registradas numa tabela com a finalidade de analisar qualitativamente as características das publicações no que tange a temática de interesse, ou seja, como as concepções de deficiência foram retratadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É válido mencionar a escolha das duas plataformas mencionadas para a realização da pesquisa, limitou a amostra encontrada nesta pesquisa.

As publicações se concentraram no período dos últimos 11 anos, em Revistas das áreas de Educação Especial (2), Educação (1), Psicologia (3) e Ciências Sociais (1). Um estudo era português e os demais eram nacionais, sendo que um deles comparou dados de amostras brasileiras e cubana. Os dados de caracterização dos estudos selecionados estão descritos no Quadro 1.

Quadro 1: Artigos selecionados

Título	Ano	Autores	Periódico
1. Concepções de deficiência em universitários em dois países politicamente distintos: Cuba e Brasil.	2018	Leite; Oliveira, Serrano.	Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial
2. Concepções sobre deficiência em instituições públicas e privadas da Educação Superior.	2023	Leite; Cabral, Lacerda.	Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação.
3. Percepções sobre a Deficiência entre os Estudantes de Psicologia.	2020	Durante <i>et al.</i>	Revista Subjetividades.

4. Concepções de deficiência em estudantes do Ensino Superior: estudo exploratório na Universidade do Algarve.	2022	Borges <i>et al.</i>	Revista Análise Social.
5. Estudo de confiabilidade (teste-reteste) da Escala Concepções de Deficiência (ECD).	2019	Leite; Cardoso.	Revista Psico.
6. Escala Intercultural de Concepções de Deficiência: Construção e Estudos Psicométricos.	2021	Leite; Cardoso, Oliveira.	Revista Brasileira de Educação Especial.
7. Contato com pessoas com diferença funcional e concepções de deficiência.	2021	Rezende Junior; Carvalho-Freitas.	Revista Estudos de Psicologia

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A análise textual possibilitou diversas finalidades, incluindo a identificação de lacunas de pesquisa em temas específicos e entre diferentes grupos de pessoas, além de permitir a identificação das características mais recorrentes presentes nas publicações. A seguir são apresentados os resultados dos sete estudos encontrados.

Aspectos metodológicos

Em relação à metodologia dos estudos, analisamos a natureza, objetivos, instrumentos de coleta de dados e a caracterização das amostras.

A natureza dos estudos foi predominantemente quantitativa, com exceção do estudo de Durante *et al.* (2020) de caráter qualitativo e o de Rezende-Junior e Carvalho-Freitas (2021) de natureza quanti-qualitativa.

Todos os estudos tiveram como objetivo avaliar a concepção de deficiência de universitários, sendo que dois avaliaram também instrumentos de mensuração das concepções de deficiência (Leite; Cardoso, 2019; Leite; Cardoso; Oliveira, 2021) e um verificou possíveis relações de associação entre as concepções de deficiência e o contato intergrupar entre pessoas com e sem diferença funcional (Rezende-Junior; Carvalho-Freitas, 2021).

Quanto aos instrumentos utilizados no estudo, a Escala de Concepção de Deficiência (ECD) elaborada por Leite e Lacerda em 2013 (Leite; Lacerda, 2018) foi utilizada pelos estudos de Leite, Oliveira e Serrano (2018) e Leite e Cardoso (2019). Já os estudos de Leite, Cabral e Lacerda (2023), Borges *et al.* (2002) e Leite, Cardoso e Oliveira (2021) fizeram uso da Escala Intercultural de Deficiência (EICD) (Leite; Cardoso; Oliveira, 2021). O estudo de Durante *et al.* (2020) utilizou um questionário sociodemográfico e entrevista semi-estruturada elaborados pelos próprios autores. E o estudo de número Rezende-Junior e Carvalho-Freitas (2021) utilizaram também um questionário sociodemográfico,

além de perguntas estruturadas baseadas nas respostas do questionário anterior e por último, o Inventário de Concepção de Deficiência em Situações de Trabalho (ICD-ST), de Carvalho-Freitas (2012).

A ECD se constitui num conjunto de 20 afirmações que retratam quatro diferentes concepções de deficiência social, biológica, metafísica e histórico-cultural, sendo cinco sentenças para cada concepção. Já a EICD é um instrumento com emprego de recursos estatísticos. Os autores reformularam os itens do instrumento anterior (ECD), refinando-o para análises mais precisas. Ou seja, o foco desse estudo foi possibilitar as propriedades métricas da escala em uso e adaptá-la para identificar concepções sobre deficiência em contextos culturalmente distintos. O instrumento é compreendido por 43 enunciados afirmativos, do tipo Likert, distribuídos em três concepções – Biológica (17 itens), Social (15 itens) e Metafísica/Religiosa (11 itens). Embora a validação da escala tenha ocorrido em contexto brasileiro, ela está sendo aplicada em contexto internacional.

O ICD-ST avalia a interpretação da deficiência, em situação de trabalho, a partir de quatro perspectivas (espiritual, técnica, de inclusão e de normalidade), religiosa, médica, social e técnica (relativa à inclusão no trabalho), com uma classificação secundária da concepção individual para inclusiva, ambígua ou menos inclusiva.

Ou seja, embora tivessem diferenças de mensuração, as concepções social, biológica e metafísica foram avaliadas na quase totalidade dos estudos. Podemos deduzir uma aproximação no enfoque da concepção histórico-cultural e da social. Apenas o estudo de Durante *et al.* (2020) incluiu a concepção biopsicossocial e excluiu a metafísica, aparentemente, por não ter aparecido na análise de conteúdo realizada. É interessante notar que este foi o único estudo em que a variável religião compôs o perfil das participantes.

Em relação ao tamanho das amostras, de acordo com Prieto e Muñiz (2020), variaram entre pequenas (Leite; Cardoso, 2019), suficientes (Rezende-Junior; Carvalho-Freitas, 2021; Borges *et al.*, 2022), grandes (Leite; Oliveira; Serrano, 2018; Leite; Cardoso; Oliveira, 2021) e muito grandes (Leite; Cabral; Lacerda, 2023).

A maioria era graduandos de universidades públicas (Leite; Oliveira; Serrano, 2018; Durante *et al.*, 2020; Borges *et al.*, 2022; Leite; Cardoso, 2019). O estudo de Leite, Cabral e Lacerda (2023) contém amostras tanto de universidades públicas quanto privadas. O estudo de Leite, Cardoso e Oliveira (2021) não especificou tal característica e as amostras dos estudos de Rezende-Junior e Carvalho-Freitas (2021) são de universidades particulares.

Identificando que a maioria dos participantes das pesquisas era de IES públicas e associando essa informação com a prevalência da concepção social da deficiência, Leite, Cabral e Lacerda (2023) ressaltam que esses discentes tendem a se dedicar mais integralmente à vida acadêmica, uma vez que costumam depender de recursos financeiros próprios, bem como contar com apoio familiar ou bolsas de estudo e auxílio moradia. Estar mais disponível a permanecer na universidade possibilita a convivência com colegas e necessariamente com as diversidades existentes. Tal experiência pode contribuir para uma compreensão acerca da deficiência como produto social (Leite; Cabral; Lacerda, 2023).

Em relação às áreas do conhecimento dos cursos dos universitários das amostras, pertenciam às áreas de humanas, biológicas e exatas (Leite; Oliveira; Serrano, 2018; Leite; Cabral; Lacerda, 2023; Borges *et al.*, 2022), exatas e humanas (Rezende-Junior; Carvalho-Freitas, 2021), humanas (Leite; Cardoso, 2019) e especificamente ao curso de Psicologia (Durante *et al.*, 2020).

Mesmo quando englobou estudantes das três áreas, aqueles de cursos de humanas foi a maioria. Considerando que a maioria dos participantes dos estudos se encontra em cursos da área das Ciências Humanas, Leite e Cardoso (2019) afirmam que tais cursos pertencentes à essa área de conhecimento podem desempenhar um papel significativo no desenvolvimento de uma perspectiva mais crítica em relação à deficiência.

Concepções

No estudo 1 (Leite; Oliveira; Serrano, 2018) prevaleceu a concepção histórico-cultural no cenário brasileiro seguida da social, e entre os cubanos, esteve prevalente o viés social, seguido do viés biológico e histórico-cultural. Os resultados obtidos foram semelhantes nos dois países, sendo que houve maior diferença nas respostas de cunho biológico, mais prevalente em Cuba. A concepção social ainda esteve prevalente no estudo Leite, Cabral e Lacerda (2023).

No estudo de Leite e Cardoso (2019) prevaleceram as concepções histórico-social e social, e no de Borges *et al.* (2022) a concepção social.

Apesar de no estudo de Rezende-Junior e Carvalho-Freitas (2021) os instrumentos utilizados terem sido diferentes da maioria, onde além de um estudo quantitativo, também foi de cunho qualitativo, o ICD-ST foi aplicado e tiveram como maior média obtida a concepção baseada na inclusão, condizente com a concepção social da deficiência. Isso significa que os entrevistados que participaram desta pesquisa concordam que se fossem oferecidas condições propícias, as pessoas que possuísem diferença funcional poderiam sim exercer qualquer tipo de função, além de ser possível incluí-las em qualquer espaço social, o que vai ao encontro de uma concepção social da deficiência. Quanto ao desempenho das pessoas com diferença funcional é creditado como bom pelos universitários, além disso, veem a sociedade como corresponsável pelo processo de inclusão. No entanto, grande parte desses universitários tem dúvida em relação à atitude, ao relacionamento e à adequação dessas pessoas em apenas alguns setores no trabalho. Nesse sentido, verifica-se que o resultado predominante no estudo reproduz uma condição social e histórica que ainda coloca as pessoas com diferença funcional em situação de suspeição sobre suas possibilidades.

Segundo Rezende-Junior e Carvalho-Freitas (2021), uma possível explicação para esses resultados é que em se tratando de um padrão de normalidade (conforme o item do instrumento aplicado “Matriz de Normalidade”), as incertezas levam à crença de que a presença de uma diferença funcional pode limitar a capacidade de realizar certas atividades. Ademais, a incerteza em relação às atitudes e interações dessas pessoas reforça um sistema social que perpetua a exclusão de indivíduos com diferenças funcionais, mantendo-os afastados de escolas, ambientes sociais e sujeitos a expectativas reduzidas tanto em termos de relações quanto de resultados (Braga;

Schumacher, 2013). Os resultados apresentados corroboram com os achados de Carvalho-Freitas, Simas e Souto (2014), que analisaram as concepções de deficiência em uma amostra de 800 universitários.

A concepção biológica foi a segunda concepção mais respondida, sendo a segunda opção entre os cubanos no estudo de Leite, Oliveira e Serrano (2018) e no estudo de Borges *et al.* (2022). Por sua vez, tal perspectiva esteve predominante no estudo de Leite, Cabral e Lacerda (2023) entre estudantes de instituições estadual e privada e no estudo de Durante *et al.* (2020), este que revelou contradições em relação à percepção da deficiência, uma vez que estudantes de Psicologia, que já tiveram disciplinas de Psicologia e Inclusão I e II, apontaram ligeira predominância nessa concepção também, caracterizada no estudo, como modelo médico. Com menos de 2% de diferença, apontaram o modelo social logo em seguida. Contudo, identificam a deficiência através da percepção da lesão, como se a limitação/perda fosse intrínseca a ela.

Segundo Durante *et al.* (2020), a psicologia tem uma forte relação com o modelo médico, visto que ela percorreu seu caminho a partir da medicina e que traz a noção de normalidade, fato que corrobora com o resultado encontrado nesse estudo. Os critérios desse modelo para qualificar ou classificar alguém é que levam a considerar algo desviante das normas estabelecidas, de forma que tendem a transformar fenômenos sociais em questões patológicas e sujeitas a medicalização (Gomes; Simoni-Castro, 2017; Pizzinga; Vasquez, 2018). É por meio dessa percepção que se instalam barreiras, impedimentos, desigualdade de condições e exclusão na participação no bojo da sociedade capitalista.

Considerando a ideia de que a deficiência é percebida como originada de uma lesão, é importante ressaltar a tendência de basear essa percepção no pressuposto equivocado de que as lesões são facilmente observáveis, quase tangíveis. Isso resulta na associação da deficiência exclusivamente ao indivíduo e sua corporeidade, muitas vezes ignorando a influência do contexto circundante (Durante *et al.*, 2020).

A cultura da normalidade e o conseqüente deslocamento das diferenças corporais para as estruturas sociais implica na fragilização da autoridade dos recursos curativos e corretivos da biomedicina, que são frequentemente vistos como a única solução para a deficiência. Obviamente, a medicina curativa pode ser muito benéfica a qualquer pessoa, mas ela não deve ser a única opção disponível. A cura e a reabilitação não devem ser vistas como a única maneira de alcançar saúde e qualidade de vida (Canguilhem, 2009).

Levando essa discussão aos cuidados familiares destinados às pessoas com deficiência quando assim os necessitam, outra implicação diz respeito a uma nova perspectiva sobre o significado de viver com um corpo com impedimentos. A experiência de viver nessa condição, em um contexto familiar, pode ser desafiadora e limitante. As barreiras sociais e ambientais, bem como a falta de recursos e apoio, podem levar ao abandono e ao isolamento de pessoas com maior dependência. A partir do modelo social, quando as estruturas sociais são reconhecidas como opressoras, entende-se que a deficiência é apenas uma forma de diversidade corporal (Diniz, 2007).

Em alguns estudos houve distribuição semelhante da proporção de repostas pertinentes à concepção social e biológica, como no estudo de Borges *et al.* (2022). Contudo, quando

comparado estudantes de pós-graduação com graduação, o primeiro grupo obteve maior média na concepção social.

Ainda com relação à semelhança de resultados, o estudo de Leite e Cardoso (2019) trouxe concepções de deficiência entre os universitários dos dois cursos que compuseram a amostra (Relações Públicas e Jornalismo) caracterizados pelo modelo social e histórico-cultural, tanto no teste como no reteste.

Apesar de no estudo de Leite, Cardoso e Oliveira (2021) o objetivo primordial ter sido diferente dos demais, o qual foi apresentar os resultados preliminares de validação e de confiabilidade da EICD, perpassou pela aplicação da escala nos universitários e resultou em correlações entre as concepções. Desse modo, foram encontradas correlações de magnitudes fracas entre as concepções biológicas e metafísica, e social e metafísica. Já entre as concepções biológica e social, houve correlação moderada, resultado que corrobora com os demais achados na literatura.

De acordo com os resultados encontrados, a maioria dos estudos apontam para a prevalência da concepção social de deficiência entre a população estudada. A percepção do fenômeno da deficiência dentro de um modelo médico (concepção biológica) é a segunda a ser apontada, o que significa olhar para essa condição de modo a situar a deficiência no indivíduo, desconsiderando as condições e fatores sociais para concebê-la (Leite; Oliveira; Serrano, 2018). Nesse caso, retomando, o corpo é visto como atípico e classificado como patológico ou anormal e que necessita de correção. O modelo médico é o mais influente na legislação brasileira, esta que propaga conceitos e terminologias. Visto dessa maneira, as pessoas com deficiência são altamente impactadas em suas atividades diárias, já que é através da legislação que se têm normativas e garantias como, por exemplo, o tipo de escolas que podem frequentar, se podem trabalhar e quais funções devem ou não exercer, dentre outras especificidades (Bernardes; Araujo, 2012).

Em contrapartida, os documentos que apontam para a eliminação de barreiras e de direitos sociais, como por exemplo, a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, são totalmente influenciados pelo modelo social de deficiência: “A adoção dessa nova perspectiva e da absorção dos novos referenciais teóricos na legislação tem impactado a formulação de políticas públicas para pessoas com deficiência e para o restante da sociedade” (Bernardes; Araújo, 2012, p. 2438). Ainda temos que, de acordo com a OMS, as deficiências podem ser classificadas tanto considerando a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), quanto a Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF). De acordo com a CID, o modelo de deficiência está pautado na perspectiva biomédica (biológica) de diagnóstico de deficiência enquanto patologia, o qual considera a deficiência como uma patologia, doença ou anormalidade que causa limitações corporais (Klazura; Fogaça, 2020).

Essa disputa entre os modelos biomédico e social não é apenas uma questão teórica ou acadêmica, ela tem implicações profundas na vida das pessoas com deficiência e na luta pela superação das desigualdades sociais.

São múltiplos os elementos que influenciam o reconhecimento das identidades e das disparidades entre os indivíduos que ingressam no ensino superior, destacando-se especialmente a influência desse cenário na formação e nas perspectivas relacionadas às concepções de deficiência (Leite; Cabral; Lacerda, 2023). Da mesma maneira, as

universidades também são impactadas pelos grupos sociais, comunidades, política e no contexto geral em que estão inseridas. Assim, é responsabilidade acadêmica fortalecer as capacidades dos movimentos sociais, visando impulsionar a autonomia e contribuir para a formação de movimentos contrários à hegemonia neoliberal (Castells, 2018).

É oportuno dizer que Vilela e Leite (2017) ressaltam a importância de superar a compreensão da deficiência como uma questão individual de saúde, entendendo-a como uma categoria social que afeta a comunidade como um todo, a partir de um prisma cultural.

No estudo de Leite, Cabral e Lacerda (2023), somente a IES privada apresenta a concepção metafísica de deficiência com escore de concordância estatisticamente significativo. De acordo com o resultado dos demais estudos, percebe-se que os respondentes, em sua grande maioria, discordam dos pressupostos de que a deficiência tem uma origem metafísica.

Um dos fatores que possivelmente contribui com a prevalência da discordância nos estudos acerca da concepção metafísica, de acordo com Leite, Oliveira e Serrano (2018) está no contexto acadêmico, que busca aderir a critérios científicos rigorosos na criação do conhecimento, distanciando-se de elucidações que não se baseiam nos fundamentos da ciência moderna.

Leite, Cabral e Lacerda (2023) afirmam que a predominância da concepção metafísica em instituições privadas propõe um posicionamento mais cômodo do que aquele onde se deve assumir um partido com características discriminatórias, já que isso implicaria em mudanças a respeito desse fenômeno pela própria universidade. Além disso, os alunos de IES privadas, em sua grande maioria, frequentam o curso no período noturno e trabalham para custear seus estudos, portanto, permanecendo menos tempo na universidade e convivendo menos com as diversidades locais. Comumente, suas concepções são prévias ao ingresso no mundo acadêmico, fato que corrobora com a prevalência da concepção metafísica nessa população.

Nesta amostra de estudos analisados, foram encontrados resultados heterogêneos nas relações entre as variáveis de caracterização da amostra e as concepções de deficiência e nem todos os estudos incluíram o mesmo conjunto de variáveis ou apresentaram esta análise.

Correlações

Com relação à idade, no estudo de Leite, Oliveira e Serrano (2018), quanto maior a idade, maior concordância com a concepção biológica em Cuba. Diferente dos brasileiros, que quanto maior a idade, mais concordância com a concepção social, igualmente nos resultados encontrados em outros dois dos estudos analisados (Leite; Cabral; Lacerda, 2023; Borges *et al.*, 2022), ou seja, conforme os entrevistados possuíam menor idade, notou-se que existe uma tendência maior na concordância com a concepção biológica.

Os alunos com menos idade, e conseqüentemente, ingressantes na universidade, acabaram de sair do ensino médio, o que instiga o pensamento da falta de uma

abordagem social da deficiência nos ensinamentos anteriores à graduação, podendo sugerir a presença de práticas inclusivas que, paradoxalmente, excluem dentro do ambiente escolar (ODDH, 2018).

O sexo masculino tendeu a concordar mais com a concepção biológica em Cuba. Já no Brasil, não houve significância entre gênero (Leite; Oliveira; Serrano, 2018). No estudo de Borges *et al.* (2022), igualmente houve concordância na população masculina e feminina sobre a concepção social.

Os cursos referentes à área de exatas, no estudo de Leite, Cabral e Lacerda (2023), apresentaram maiores médias referentes à concepção biológica; as maiores médias encontradas referentes à concepção social, foram examinadas em estudantes dos cursos de exatas e humanas, das IES públicas; a maior média encontrada referente à concepção metafísica foi em estudantes dos cursos da área biológica da IES privada e da área de exatas de IES-públicas, porém essa concepção esteve aquém das demais. As amostras dos estudos de Rezende-Junior e Carvalho-Freitas (2021) eram compostas pelos cursos de Engenharia de Produção e de Administração propositalmente, já que preparam seus alunos para atuarem como futuros gestores de pessoas e processos, sendo sujeitos importantes para a inclusão, socialização e aceitação da pessoa com diferença funcional no trabalho. Portanto, a prevalência da concepção social encontrada no estudo foi associada a esses cursos.

Um estudo feito por Silva e Prestes (2018), sobre a igualdade de gênero no ensino superior de uma Universidade na Paraíba com estudantes dos cursos de graduação presencial, corrobora com os resultados encontrados, já que os achados mostram que a área das Ciências Humanas é compreendida em sua maioria pelas mulheres (57%) e Ciências Biológicas e da Saúde (63%) neste local do estudo. Os cursos nas áreas de Educação, Saúde e Bem-Estar Social, Serviços e Humanidades são os que mais atraem o público feminino, sendo de preferência masculina os cursos de Artes, Tecnologia e Ciências Exatas. Outro estudo apresenta resultados similares ao se analisar a participação feminina no ensino superior brasileiro (Venturini, 2017).

Com relação ao tempo de ingresso no curso (Leite; Oliveira; Serrano, 2018), foi possível observar que estudantes que estavam há mais tempo no curso de graduação, apresentaram uma tendência maior de concordância com enunciados da concepção histórico-cultural em Cuba. Na mesma medida é possível mencionar que estudantes das séries iniciais, ingressantes, revelaram tender com enunciados da concepção biológica. Já entre os brasileiros, não houve relações significativas com relação ao tempo de permanência na universidade.

O único estudo que trouxe a correlação de tempo de ingresso no curso e concepção de deficiência foi esse estudo de número 1. Segundo Leite, Oliveira e Serrano (2018), ainda que os espaços para discussões acerca do fenômeno da deficiência sejam escassos no ambiente acadêmico, percebe-se que é um contexto que opera em uma educação mais abrangente e crítica acerca do fenômeno estudado. Tendo em vista as diferenças encontradas nos dois países, denota-se como as particularidades culturais e valorais de cada realidade é formadora de conceitos, de modo que se compreende o que é algo a partir do que nos é ensinado.

Analisando todos os estudos que fizeram parte desta pesquisa, algumas lacunas foram observadas, como por exemplo, dados que poderiam ter sido analisados de forma a contribuir com mais discussões acerca do fenômeno da deficiência. Os constructos “idade”, “sexo”, “cursos” e “tempo de ingresso no curso” não foram contemplados por todos os estudos, sendo assim, tais fatores foram pouco discutidos nesse estudo e correlações importantes deixaram de ser realizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo a deficiência como uma faceta da diversidade humana, é crucial compreender que a maneira como a deficiência é significada influencia diretamente a definição dos problemas e a formulação de soluções na sociedade.

De acordo com os resultados encontrados, as concepções mais concordantes foram aquelas que compreendem a deficiência numa perspectiva social e em seguida, biológica, no contexto universitário. Retomando, a compreensão social vai além de considerar apenas as características individuais do sujeito, incorporando também o contexto em que ele está inserido e as interações sociais que ele experimenta. Já a concepção biológica tem por principal objetivo “consertar”, “corrigir”, “superar” a deficiência, sempre pensando em sua funcionalidade, sendo o mais utilizado no campo médico. Ou seja, nessa concepção existe a ideia de que a deficiência é causada por um mau funcionamento do organismo e que recai sobre o indivíduo (Diniz; Barbosa; Santos, 2009).

A concepção metafísica isenta a responsabilidade humana sobre a interpretação acerca da deficiência e considerando os estudos analisados nessa pesquisa, somente um deles mostrou resultados significativos nesse âmbito. Esse resultado possibilita o olhar de que não há como homogeneizar percepções e posturas acerca de um fenômeno, ainda que haja evolução social na maneira de se conceber e lidar com algo, como no caso, a deficiência.

Compreende-se que a concepção acerca da deficiência surge a partir das atitudes, comportamentos e discursos da população em geral. A promoção e a manutenção de interpretações sobre a deficiência são resultados de discussões realizadas pela comunidade e das interpretações que surgem a partir delas. Por sua vez, as políticas públicas não surgem de maneira isolada ou neutra, mas são moldadas e influenciadas pelos conflitos e debates que ocorrem na sociedade. Elas emergem como respostas a diferentes demandas, aspirações e conflitos de interesses presentes na comunidade. Portanto, as políticas públicas refletem as dinâmicas sociais e as negociações de poder que ocorrem entre grupos com diferentes perspectivas e objetivos na busca por atender às necessidades e demandas da sociedade.

De acordo com Diniz (2007), a opressão das pessoas com deficiência é uma consequência da cultura da normalização. Essa cultura cria um sistema que privilegia as pessoas que se enquadram nos padrões de normalidade, excluindo e marginalizando as pessoas que não se enquadram. Essa exclusão pode assumir várias formas, incluindo discriminação, preconceito e violência. A opressão das pessoas com deficiência é um problema sistêmico que está enraizado na cultura da normalização. Portanto, a experiência de opressão das pessoas com deficiência não é apenas uma questão de

suas limitações físicas ou mentais, mas também de como a sociedade as vê. Em uma sociedade que valoriza a normalidade, as pessoas com deficiência estão sempre em risco de serem oprimidas.

Desse modo, superar os diagnósticos médicos que afirmam a incapacidade das pessoas com deficiência e continuar apostando no desenvolvimento de uma abordagem biopsicossocial, como a maioria desses estudos analisados demonstrou, é que poderá se alcançar mais autonomia, reconhecimento e valorização das diferenças, considerando-as como aspectos naturais da diversidade humana, minimizando assim, os impactos negativos que essa população ainda sofre.

Ainda, apesar de os resultados apontarem em sua maioria a prevalência da concepção social da deficiência, a concepção biológica não fica tão aquém, portanto nota-se a importância especificamente dos sistemas educacionais promoverem ações também pautadas no modelo biopsicossocial de reflexão crítica acerca da deficiência, de modo que busquem a valorização das pessoas com deficiência e a redução dos estigmas sofridos por elas. A promoção da igualdade de direitos possibilita que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, possam gozar plenamente de seu exercício social.

A discussão acerca desse tema ser realizado no meio universitário é de extrema importância, dada a relevância que esse público terá na sociedade, tendo o poder de formar opiniões e profissionais com uma visão mais ampla, minimizando preconceitos e estigmas. Salienta-se a relevância da educação universitária no desenvolvimento de habilidades para uma carreira profissional, enfatizando, ao mesmo tempo, a importância de cultivar o engajamento social de todos os indivíduos em diferentes contextos.

Como limitação a esse estudo, encontra-se a escassez de estudos na área, de modo que ainda há poucas investigações para discussões mais amplas. De toda forma, espera-se que os resultados deste estudo forneçam subsídios de interesse para novas pesquisas, e, sobretudo para que as universidades possam ter um olhar mais crítico e menos tendencioso para segmentos da população ainda fortemente segregados. As discussões cotidianas somente podem ser superadas a partir do olhar crítico à estrutura social vigente, fundamentada nas fragilidades observadas.

Por fim, examinar as concepções sobre a deficiência demanda uma abordagem crítica, visando dismantelar o objeto em questão até atingir seu nível mais abstrato para que, posteriormente, seja possível reconstruí-lo, evidenciando as contradições intrínsecas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALEOTTI, L. R.; OMOTE, S. A concepção de deficiência em discussão: ponto de vista de docentes de Terapia Ocupacional. **CTO**. v. 22, n. 1, 2014, p. 71–78.

BECHE, R. C. E.; LUNARDI-MENDES, F. M. NAE: espaço de tensão entre as concepções de deficiência. **REAI**. v. 17, e0007, 2021.

BERNARDES, L. C. G.; ARAÚJO, T. C. C. F. Deficiência, políticas públicas e bioética: percepção de gestores públicos e conselheiros de direitos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 9, 2012, p. 2435-2445.

BORGES, M. L. et al. Concepções de deficiência em estudantes do Ensino Superior: estudo exploratório na Universidade do Algarve. **Análise Social**. v. 4, n. 245, 2022, p. 704-725.

BRAGA, M. M. S; SCHUMACHER, A. A. Direito e inclusão da pessoa com deficiência: uma análise orientada pela teoria do reconhecimento social de Axel Honneth. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina**, 2009.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

CARVALHO-FREITAS, M. N. Validação do Inventário de Concepções de Deficiência em Situações de Trabalho (ICD-ST). **Psico-USF**, v. 17, n. 1, 2012, p. 33–42.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; SIMAS, A. L. B.; SOUTO, J. F. Inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: percepção dos universitários. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 16, n. 3, 2014, p. 30-42.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**: a era da informação. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, v. 2, 2018.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 6.ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. Versão eletrônica. Disponível em <https://app.uff.br/slab/uploads/GeorgesCanguilhem-ONormaleoPatologico.pdf>

COSTA, J. M. D. M.; PIECZKOWSKI, T. M. Z. Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior na perspectiva da gestão universitária. **Educ Rev.**, v. 1, n. 5, 2020, p. 95-110.

DINIZ, D. **O que é deficiência** São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. Recurso eletrônico, disponível em https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/2016/page/texto_o_que_e_deficiencia-2.pdf

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. D. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur, Rev. Int. Direitos Humanos**. v. 6, n. 11, 2009, p. 64–77.

DURANTE, A. M. et al. Percepções sobre a Deficiência entre os Estudantes de Psicologia. **Rev. Subj.** [Internet], v. 20, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/e9948>

FONSECA, R. T. M. O novo conceito constitucional de Pessoa com deficiência: um ato de coragem. **Revista TDT da 2ª Região**, v. 10, 2012, p. 45-54.

GALVÃO, T. F. P.; PANSANI, T. S. A.; HARRAD, D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 24, n. 2, p. 335–342.

GOMES, E. P. et al. Processos de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior: Uma revisão sistemática. **RSD**. v. 10, n. 8, 2021.

GOMES, C. A. V.; SIMONI-CASTRO, N. Medicalização escolar em periódicos de psicologia e educação no triênio 2010-2012. **Psico-USF**, v. 22, n. 3, 2017, p. 425-436.

KLAZURA, M. A.; FOGAÇA, V. H. B. Pessoa com deficiência entre o modelo biomédico e o modelo biopsicossocial: concepções em disputa. Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Emancipação**, v. 21, 2021, p. 1–18.

LEITE, L. P.; OLIVEIRA, T.; SERRANO, E. A. P. Concepções de deficiência em universitários em dois países politicamente distintos: Cuba e Brasil. **Rev. Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**. v. 5, n. 1, 2018, p. 95-110.

LEITE, L. P.; LACERDA, C. B. F. A construção de uma escala sobre as concepções de deficiência: procedimentos metodológicos. **Psicol USP**. v. 29, n. 3, 2018, p. 432-441.

LEITE, L. P.; CARDOSO, H. F.; OLIVEIRA, T. D. Escala Intercultural de Concepções de Deficiência: Construção e Estudos Psicométricos. **Rev. Bras. Educ. Espec.**, Bauru, v. 27, e0208, 2021, p.573-588.

LEITE, L. P.; CABRAL, L. S. A.; LACERDA, C. B. F. D. Concepções sobre deficiência em instituições públicas e privadas da Educação Superior. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.** v. 31, n. 118, p. 1-24, 2023.

LEITE, L. P.; CARDOSO, H. F. Reliability study (test-retest) of the Scale for Conception of Disability (SCD). **Psico**, v. 50, n. 2, 2019.

MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H.; BLOCK, P. Não é o corpo que nos descapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo. **Em: Pesquisa e extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2014.

ODDH – observatório da deficiência e direitos humanos. Pessoas com Deficiência em Portugal: Indicadores de Direitos Humanos. 2018. Disponível em <http://oddh.iscsp>.

[ulisboa.pt/index.php/pt/2013-04-24-18-50-23/publicacoes-dos-investigadores-oddh/item/387-relato-rio-oddh-2018](http://www.uisboa.pt/index.php/pt/2013-04-24-18-50-23/publicacoes-dos-investigadores-oddh/item/387-relato-rio-oddh-2018)

OMOTE, S. Atitudes Sociais em Relação à Inclusão: Recentes Avanços em Pesquisa. **Rev. Bras. Educ. Espec.**, v. 24 (spe), p. 21–32, 2018.

PARANÁ. **Conhecendo a Pessoa com deficiência**. Coleção Paraná Inclusivo, 2016.

PIZZINGA, V. H.; VASQUEZ, H. R. Reificação, inteligência e medicalização: Formas históricas e atuais de classificação na escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 1, p. 123-131, 2018.

PRIETO, G.; MUÑIZ, J. Um modelo para evaluar la calidad de tests usados na Espanha. **Papeles del psicólogo** [Internet]. Madrid, 200, p. 65–75. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/778/77807709.pdf>

REZENDE-JUNIOR, A, R. N. et al. Contato com pessoas com diferença funcional e concepções de deficiência. **Estudos de Psicologia**. v. 26, n. 1, p. 33–44, 2021.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**. São Paulo, ano 5, n. 24, p. 6-9, 2002.

SILVA, S. K.; PRESTES, E. M. T. Igualdade de gênero no ensino superior: avanços e desafios. **Revista Temas em Educação**, v. 27, n. 2, 2018, p. 191–209.

TORRES, J. P.; CRUZ, L. P. D.; CABRAL, L. S. A. Concepções sobre Deficiência Importam? **Rev. Bras. Educ. Espec.**, v. 27, e0200, 2021.

VENTURINI, A. C. A presença das mulheres nas universidades brasileiras: um panorama de desigualdade. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

VILELA, L. O.; LEITE, L. P. Effects of an intervention on the participation of people with disability in the workplace. **Estud. Psicol.** (Campinas), v. 34, n. 1, p.185–195, 2017.

ZABATIERO, J. P T. M. Linguagem Religiosa: constituição, tensividade, evento. **Rev. Reflexão**. v. 44, e184382, 2019.

Recebido:08-02-2024

Aprovado: 11-09-2024



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.